

ATA DA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PARANAGUÁ.

Ao oitavo dia do mês de março de dois mil e dezesseis, iniciada às nove horas e trinta minutos, na Biblioteca Mario Lobo, foi realizada a septuagésima terceira reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paranaguá. Estavam presentes os Conselheiros Marcos Aurelio Furuzawa (Secretaria de Urbanismo), Bruno Victor Kobiski (Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão), Élcio Nagel (Secretaria do Trabalho e Emprego), Sebastião Garcia de Carvalho (Instituto Ambiental do Paraná) José Roberto Caetano da Rocha (UNESPAR - Campus Paranaguá), Priscila da Mata Cavalcante (Ministério Público Estadual), Frederico Luis Salvadori (CAB), Maria Emillya de Lelis Gazineto, substituindo o sr. Secretário Executivo Christiano Maia Aichinger, (ausente) e o Presidente Luiz Fernando Gaspari de Oliveira Lima.

O Sr. Presidente Luiz Fernando explica a ausência do secretário executivo Christiano Maia Aichinger, em virtude de sua convocação para assumir a secretaria de governo do Município de Paranaguá, e informa que ele permanecerá como secretário executivo do COMMA, necessitando se ausentar apenas nesta ocasião, e que excepcionalmente será substituído pela secretária interina Maria Emillya de Lelis Gazineto. Sr. Presidente Luiz Fernando informa que quanto ao modelo de editais o Dr. Tiago irá explicar, e aproveita para se desculpar por não apresentar a reunião como auxílio de equipamento audiovisual. Assim, o Sr. Presidente Luiz Fernando inicia a reunião apresentando a ata da reunião anterior para os Conselheiros assinarem, salientando que já havia sido enviada aos conselheiros por *e-mail* anteriormente. **Na seqüência é feita a assinatura da Ata da Septuagésima Segunda reunião.** O Conselheiro Sebastião informou que houve uma falha na comunicação, que não houve o encaminhamento da pauta por *e-mail* ao membro do IAP. O presidente se comprometeu a encaminhar a ata anterior ainda na data da reunião, para o conselheiro Sebastião, e enquanto todos os outros que já receberam assinam, ele receberá um prazo maior para assinar a ata. A alteração do decreto relacionado ao COMMA já vem sendo feita há algum tempo, e que estariam faltando apenas as respostas dos convites encaminhados ao IFPR e a Copel. Então o conselheiro Sebastião questionou se essa mudança contempla os conselheiros também, quanto ao fato de alterarem os conselheiros que representariam o IAP, o presidente informou que esta mudança só aconteceria se o próprio IAP tivesse interesse nesta alteração. O conselheiro Sebastião disse que não concordaria com a alteração caso a escolha do representante ficasse livre, pois representantes alternados não teriam a responsabilidade e o comprometimento necessário, e foi explicado pelo Sr. Presidente Luiz Fernando que a alteração encontrava-se apenas na inclusão de outras representações. Na impossibilidade de comparecimento do membro e do suplente, deve ser encaminhada uma justificativa prévia ao Conselho. Informou ainda que houve reunião extraordinária **dia 02** e que deveria existir o calendário anual das reuniões, que devem ser agendadas previamente, e que ela deve ocorrer na terceira terça-feira de cada mês. Que na oportunidade em que esta reunião não aconteceu, houve o seu comparecimento, e que posteriormente não pode comparecer, questionando ainda as deliberações que possam ter ocorrido nesta reunião. O Sr. Presidente Luiz Fernando informou que houve uma semana de atraso em virtude da ocupação da sala para a central de apoio a dengue, mantendo as reuniões nas terceiras terças feiras de cada mês. Informou ainda que foi encaminhado via *e-mail* o calendário anual. Foi constatado que o *e-mail* do Conselheiro Sebastião não se encontrava na lista. A Dr^a Priscila informou que tanto a CAB quanto a ACIAP, já ofereceram seus espaços para a reunião, e inclusive o próprio Ministério

5

Público também está disponível, para evitar que a reunião não ocorra; Foi sugerido conversar com o Prof. Cleverson, Diretor da UNESPAR para oferecer o espaço da IES também; Sr. Presidente Luiz Fernando informou que a reunião seria gravada para ser degravada posteriormente. O Sr. Presidente Luiz Fernando informou que seria apresentado o saldo extrato da conta do fundo municipal de meio ambiente, passando inicialmente por meio físico durante a reunião, e que posteriormente seria encaminhada via *e-mail*, a Dr^a Priscila, informa que em gestões anteriores, não existindo provas aparentemente de fiscalização do recurso utilizado, e supostamente utilizado indevidamente. Acredita que não tenha como passar para uma segunda etapa de utilização dos recursos remanescentes, sem a apuração dos valores utilizados supostamente de maneira indevida. Que foram adquiridos veículos Kombi e um veículo de passeio que teria sido destruído sem nenhuma restituição. A Dr^a Priscila desconhece qualquer ação judicial ou extrajudicial pela prefeitura para restituição dos recursos. O Sr. Presidente Luiz Fernando informa que tem conhecimento do processo relacionado ao funcionário Alex. A Dr^a Priscila solicita que o Secretário Municipal de Meio Ambiente, poderia intervir junto a prefeitura para resolver esse problema. O Dr. Tiago informa que já existe processo administrativo e judicial, e que o Ministério Público já possui conhecimento da existência dos procedimentos; a Dr^a Priscila sugeriu que o COMMA tenha ciência dos procedimentos visando o ressarcimento ao fundo e quanto a punição para o servidor. O Conselheiro Sebastião informa que na época do Dr. Alexandre Gaio (Promotor de Justiça do Estado do Paraná), foi solicitado uma Kombi; quem estava responsável pela SEMMA era Ricardo; que consultados, os conselheiros foram contrários a compra do veículo, a Dr^a Priscila, sugere um levantamento da conta do fundo e de todas as movimentações indicando em que o recurso foi utilizado, porque o fundo nunca passou por auditoria como deveria, sendo necessária uma análise profunda das contas do fundo e das aplicações dos recursos; que anterior a gestão do Secretário Ricardo, não sabendo precisar quando, supostamente houve um desfalque/utilização indevida de recursos do fundo sem conhecimento ou aprovação do Conselho, tornando-se necessário a instauração de procedimento para análise e verificação dos fatos, apurando se houve a utilização de um recurso sem a autorização do conselho, e se esse recurso foi utilizado da maneira adequada, pela normas legais, indicando, caso comprovado, quem retirou, quem autorizou a retirada, quanto retirou, como retirou, em que foi aplicado, sendo que em caso de constatação de má utilização do recurso, providencias para restituição do montante corrigido ao fundo, além das demais punições cabíveis ao(s) infrator(es); a Dr^a Priscila levanta outro problema relacionado a aplicação de recursos do fundo, para fins diversos ao que se destina esta rubrica, referente a aquisição de dois veículos para fiscalização da SEMMA (um veículo de passeio e um utilitário), sendo que esta aquisição foi aprovada pelo conselho, mesmo o MPPR indicando parecer contrário ocorrendo sinistro com o veículo de passeio em que houve a perda total do bem, conduzido por pessoa não autorizada, fora do horário de expediente e, supostamente, sobre o efeito de álcool. Dr Tiago informa que os conselheiros irão aprovar a auditoria, até para ter maior força na solicitação de extratos e saldos no Banco do Brasil. A Dr^a Priscila indica que não se deve publicar o edital, bem como liberar a utilização de recursos para este fim, antes de que sejam sanadas as pendências anteriores e realização da auditoria. Para proteger os conselheiros atuais e o Sr. Secretário Luiz Fernando; Sr. Presidente Luiz Fernando afirma que acredita que os conselheiros aprovarão esta auditoria. Os conselheiros são solidários, então seriam considerados coniventes com a má gestão aplicação de recursos do fundo, e coloca a necessidade de se apurar o uso indevido de recursos. A Dr^a Priscila solicita há dois anos uma prestação de contas e que nunca aconteceu. A outra sugestão é que cada conselheiro possa analisar com mais prazo, pois chegará um novo promotor e ele

poderia ter mais tempo para se interar sobre o assunto. Por isso a presença do Dr. Tiago, para analisar a possibilidade jurídica do edital utilizando modelo da Fundação de Cultura; terceiro item da apresentação é o combate a dengue, os números de fevereiro, praticamente todo o efetivo da SEMMA ficou a disposição da sala da situação, onde houve a necessidade de alteração da logística da coleta da cidade, aguardando apenas a manifestação do Ministério Público Federal, do recurso do governo via APPA, que a frota terceirizada da prefeitura é destinada para a utilização normal, isto é, fora de tempos de crise de dengue. A Dr^a Priscila informou que o recurso estadual, no importe de mais de 7 milhões já foi encaminhado ao município, e o Sr. Presidente Luiz Fernando, como secretário pediu para explicar, que o governo mandou 3 milhões e novecentos mil reais para a contratação de 109 profissionais na área da saúde pelo período de 6 meses, e que o Município não possui médicos e enfermeiros para suprir a demanda da crise epidêmica, e, que o recurso da APPA seria para fazer frente ao aumento de custos relacionados a quantidade excedente de lixo que vem sendo recolhida e destinada para o aterro sanitário, sobrepujando os valores previstos no orçamento. Os contratos do município não são para o ataque da dengue, o secretário informou o tramite judicial do processo da APPA, questionado sobre o plano B pela Dr^a Priscila, informou que o município seguira seu plano de trabalho, o Secretário informou também que a SEMMA está dobrando o efetivo de trabalho, questionado se este recurso seria para Recursos Humanos ou para equipamentos o secretário informou que seria para equipamentos para coleta, transporte e armazenamento; questionado ainda pela Dr^a Priscila sobre a existência dos contratos já firmados e em vigência na prefeitura para o mesmo fim/escopo, o secretário informa que a previsão anual não comporta a quantidade de lixo coletada e destinada; que os anúncios não foram feitos da maneira correta, que a população se aproveita para descartar na rua qualquer tipo de lixo/entulho em qualquer horário, em total desacordo com o que havia sido comunicado; Dr^a Priscila registrou que entende ser errado a utilização por terceiros das caçambas alheias, uma vez que a pessoa contrata e paga a caçamba para retirar os seus resíduos e não o da vizinhança; sugerindo utilização de contêineres como ocorre em Curitiba, dividindo por perímetro, georreferenciada, o Sr. Presidente Luiz Fernando entende que ajudaria, mas não resolveria porque a solução seria responsabilidade do cidadão, e outra solução seria a utilização das lixeiras ecológicas, o Sr. Presidente Luiz Fernando já informou que foi aprovado pela Câmara, e já encontra-se licitado, sem custo ao município, com projetos educativos, o Sr. Presidente Luiz Fernando informou que são 8 mil conjuntos de lixeiras, reciclável e não reciclável, não envolvendo recurso do município, que foi permitido ao vencedor da licitação, o Marcio da União, utilizar 80 por cento das lixeiras para propaganda, incentivando a divulgação; o Sr. Presidente Luiz Fernando não entende como isso não ocorreu antes. O Sr. Secretário informou que a coleta será efetuada pelo município, além de colocar os sacos de lixo; esperando que a população se conscientize da necessidade de zelar pelo bem público e de sua adequada utilização. A Dr^a Priscila informa que em Morretes, em cada casa existe lixeira e sacos plásticos vedados, que jamais houve do poder público de Paranaguá a punição ao morador que não cumpre a lei; o efetivo é pequeno, a Dr^a Priscila achou estranho que com o número de servidores que a Prefeitura possui, só existam 2 fiscais do meio ambiente, o Sr. Presidente Luiz Fernando informou que a secretaria de meio ambiente terá mais 12 servidores com poder de fiscalização, Dr^a Priscila, informa que eles precisam ser treinados; estando a disposição para auxiliar no treinamento; junto com o IAP e Universidade; o Conselheiro Sebastião informa que os guardas já receberam inclusive um curso; e o Dr. Tiago informou que eles atuam principalmente no trânsito, e que agora eles irão ficar à disposição da SEMMA, mas lotados na SEMSEG, que eles possuem atribuição para lavrar o auto, e através de resolução em conjunto SEMSEG e

SEMMA, já designaram 12 servidores para o treinamento, restando elaboração de material para o treinamento, que será iniciado na próxima semana. O Conselheiro Sebastião informou que houve treinamento da guarda, e o Sr. Presidente Luiz Fernando informou que eles atuavam em outra área e que seria prudente treiná-los para o bom serviço; o Conselheiro Sebastião colocou-se a disposição para sair junto efetuando o treinamento em campo. São 34 servidores no escopo da secretaria municipal de segurança e para o Professor José Roberto, foi respondido sobre o treinamento que será destinado a guarda ambiental. Que todos os veículos da guarda ambiental estão baixados, mas que isso não impedirá o trabalho dos fiscais; O Sr. Presidente Luiz Fernando informa que é favorável a notificação e autuação para a resolução dos problemas; ficando com um número específico de atendimentos na SEMMA; porque as denúncias efetuadas pelo 199 ficaram genéricas; que comparando com Curitiba; o professor José Roberto entende que não é possível comparar com outras cidades, pela população e a quantidade de pessoas para efetuar o atendimento é diferente; uma das convidadas afirma que em Morretes as escolas tratam de meio ambiente independente do gestor, Morretes possui um sistema educacional municipal, independente da política, Dr^a Priscila questiona porque existe diferença entre os autuados e notificados; o Sr. Presidente Luiz Fernando informa que se traçado uma rota de notificação, na revisita deveria ocorrer a autuação; o Sr. Presidente Luiz Fernando passou para o terceiro item confirmando o repasse dos valores; pedindo a palavra, informou que existe matéria há aproximadamente 8 anos atrás que o melhor lixão controlado era o do Município de Morretes; o Sr. Presidente Luiz Fernando informou que qualquer solicitação ao COMMA pode ser feita por *e-mail*; informou que o excedente de 1º a 29 de fevereiro, mais de 2 mil toneladas a mais; o que poderá ser solucionado com o recurso da APPA; sobre o quarto item, que seria o edital, as sugestões de alterações no primeiro edital encaminhado; O professor José Roberto informou que houve alteração nos valores máximos propostos em reuniões anteriores, e que ele considera como elevados; sendo que o edital proposto pelos Conselheiros Bruno e José Roberto foi baseado em modelos de editais de agencia de fomento como CNPq, portanto, não podendo ser alegado estar ilegal; o Sr. Presidente Luiz Fernando não entende assim e sugeriu a votação; afirmando que não houve cancelamento, sugerindo um novo; perguntando porque o outro não estaria disponível para votação; e o que foi sugerido como ilegal, é exatamente o que contraria a lei 8.666; sobre a aquisição de equipamentos permanentes, a informação foi de que tudo poderia ser alterado, sugerindo direcionamento; um mesmo componente não pode ser de mais de um projeto; a Dr^a Priscila se manifesta pedindo para que o professor explicasse; e concluindo que os modelos de edital deveriam ser todos analisados; afirmando que estava chateado por ter despendido tempo junto com o Conselheiro Bruno para elaboração da minuta do Edital, para depois ser substituído por outro modelo sem a devida análise e parecer jurídico sobre este trabalho, conforme definido em reuniões anteriores; o Conselheiro Marcus se manifestou pela utilização de partes dos dois; Dr^a Priscila sugeriu o reenvio dos dois projetos novamente; retornando ao primeiro edital e o procurador faria um parecer; a Dr^a Priscila solicita mais prazo em virtude da presença de um novo Promotor; o documento apresentado foi levado ao jurídico, e a PROGEM sugeriu a utilização do modelo já aprovado pelo departamento jurídico; há a sugestão das alterações no primeiro; o professor solicita que o parecer seja feito com as alterações legais; sem motivações pessoais; porque as mudanças se já haviam sido deliberadas deveriam ser mantidas; o Sr. Presidente Luiz Fernando informa que foi apenas uma sugestão; embasada no sentido que projetos mais completos custam mais caros; para a aprovação de projetos maiores, melhoraria a fiscalização, com o número de projetos menor; Há manifestação sobre a regeneração do fundo ser lenta; o Sr. Presidente Luiz Fernando informa que espera que seja mais rápida pelo aumento do





número de fiscais; os recursos do fundo são exclusivos para os projetos; questionando que se tudo fosse utilizado de uma vez não seria possível propor novos projetos anualmente; que a CNPq libera até o mês de julho, para o Brasil todo, para cidades grandes onde precisam de muitos recursos; questiona sobre o valor do projeto; Dr^a Priscila informa que tem muito recurso do governo federal, e que não precisaria de recurso municipal para isso; e que o recurso do fundo deve ser utilizado para este fim; Há a manifestação sobre a forma de outros projetos ocorrerem; o Sr. Presidente Luiz Fernando fala que o termo de referência do novo contrato, o PGRS, por prazo de 12 meses; existindo algumas obrigações foi colocado pela Dr^a Priscila que não sabe se pode, mas o Sr. Presidente Luiz Fernando informou que isso foi consultado antes de ser colocado; a Dr^a Priscila sugere, o próprio Bruno e o professor José Roberto poderiam fazer, por estarem buscando em conjunto o melhor; o professor José Roberto sugere projetos menores para mais projetos poderem participar; no valor de 50 mil com mais projetos; Conselheiro Bruno fala em aumentar mas não no valor global 400 mil para 8 projetos; Dr^a Priscila fala que é tudo novo; historicamente, que melhor começar com 5 projetos, porque se o município trabalhar adequadamente, pode continuar, que o MP tem parecer sobre o assunto; pela confiança no trabalho; em prestar contas do trabalho, auditar o trabalho; quando se fala em 5 projetos, é muita coisa para analisar e controlar; principalmente por não haver auditoria própria para realizara este trabalho, que seria melhor trabalhar com o risco de não ocorrer da maneira correta, começar devagar, financiar um projeto para avaliar as dificuldades e definir os procedimentos de fiscalização/acompanhamento dos resultados, e se for possível atuação dos fiscais na verificação da regularidade continua, até porque os conselheiros respondem, pela adequada aplicação dos recursos do fundo; o professor José Roberto comenta sobre outro trabalho efetuado e que este serviço lhe obrigou a manter as cópias até a data de hoje; Há a manifestação sobre a necessidade de ser feito um bom projeto para facilitar a prestação de contas; Dr^a Priscila fala que uma coisa é analisar um projeto e outra coisa é analisar 10 projetos; o Sr. Presidente Luiz Fernando informa que um projeto de R\$ 100.000,00 é mais elaborado que um de R\$ 50.000,00; o professor José Roberto fala sobre a necessidade da regularidade do projeto, guardando toda a documentação para a comprovação; Dr^a Priscila fala que devem ser orientados, comenta que o secretario vem de uma cultura que o "fio do bigode vale", e que não é assim; que não da para trabalhar assim, porque a corrupção no nosso país é instituída; outra situação que não abordada refere-se a obtenção de informações sobre quem será contratado; por exemplo, a informações sobre antecedentes cível e criminal; Há a sugestão para começar devagar, não usar todo o dinheiro do fundo e financiar 4 projetos de R\$ 100.000,00; O Conselheiro Bruno fala que não terá muito problema em fiscalizar 4; que quem liberara os recursos será o conselho; Dr^a Priscila fala que com a prática fica tudo mais fácil, seguindo a apresentação de documentos; o que se coloca na planilha de custos deverá ser seguida com apresentação de contas em cima do valor apresentado; que prestando contas de parte libera-se o restante; Dr^a Priscila fala sobre a maleabilidade de produtos comprados em dólar; o Conselheiro Frederico citando os ensinamento de William Edwards Deming este afirma que "Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerencia" e Lewis Carroll que "se você não sabe onde quer chegar, qualquer caminho serve"; precisa começar com um projeto, o que é melhor do que 4; se o trabalho do professor pode ser aproveitado porque não usar os dois juntos; defendendo o projeto apresentado, só vai ser utilizado o que for aprovado; discutiu-se sobre como utilizar a tabela do SINAP; a Dr^a Priscila coloca a necessidade de que toda a cadeia é legalizada; na prática, pegamos o parecer jurídico com a as alterações que devem ser efetuadas; seguindo ao item número 6, analise de processo administrativo, de um prédio anexo a

prefeitura municipal de Paranaguá, que passou por todas as instâncias, sobre uma árvore araucária; e o engenheiro Rodrigo pontua que: nesse sentido não há como compatibilizá-lo, podendo ser compensado pela sua supressão", questionando sobre a possibilidade de votação não sendo possível o replantio; Sebastião informa que é possível tentar, e não dando certo, se compensaria; o Conselheiro Marcos fala sobre a compensação; necessidade de utilizar a madeira, para educação ambiental; Drª Priscila fala sobre a possibilidade de licitar o plano de arborização; o Conselheiro Marcos fala sobre aguardamos porque os locais para a destinação do uso da madeira no caso de Curitiba é certa; o professor José Roberto indica o plantio no Aeroparque, não sendo possível a colocação desse tipo de árvore pela restrição de altura. A CAB tem interesse de fazer uma comemoração do dia da árvore e precisaria da indicação de um terreno da Prefeitura onde possa ser feito; Drª Priscila fala que no Aeroparque não pode; o Conselheiro Sebastião fala que há décadas passadas houve plantio, e não houve replantio das que foram retiradas/ arrancadas, e estão por todo o município; Drª Priscila pergunta se o secretario aprova esta idéia, o que foi prontamente respondido que sim; questionado sobre se os TACs poderiam compor fazendo o plantio; Drª Priscila fala sobre a possibilidade do Shopping Ilha do Mel, e o outro na Ilha dos Valadares, pela Pasa; mesmo sendo área de município pode ser feito; questionado sobre quando e quantas pessoas ficou de ser definido posteriormente; o professor José Roberto indica que deve ser compensado também com uma quantidade de araucárias; e o Dr. Tiago informa que a araucária é árvore exótica do litoral, sendo recomendado o plantio com árvores quaresmeiras, ipê amarelo, araçá; considerando deferido o pedido; foi autorizada a retirada, podendo ser utilizado todos os espaços verdes da prefeitura para o plantio das árvores plantadas em virtude da compensação; sugerindo pelo Sr. Presidente Luiz Fernando a reposição das covas que já estão abertas; a ONG amigos protetores questiona se há possibilidade de aquisição do edital para a utilização destes recursos para o cuidado de animais de rua; foi informado que o edital ainda não contempla esse assunto, em virtude da existência de vários TACs; Drª Priscila comenta que a secretaria de urbanismo é modelo de transparência e que poderia auxiliar o meio ambiente para a publicidade dos atos da SEMMA. O Sr. Presidente Luiz Fernando questiona se é possível encerrar. O professor José Roberto pede a palavra e se manifesta quanto a sua sugestão de que fossem replantadas araucárias como compensação do abate da mesma espécie, apresentado suas desculpas pelo equívoco, pois, por ter formação em química não detinha o conhecimento de que a araucária é uma árvore exótica, acreditando que a araucária fosse natural de toda região Paranaense, pede desculpas a todos, e retirou a proposição. Conselheiro Sebastião, informa que andando na rua Comendador Correia Junior, depois da Manoel Pereira encontra-se uma placa, informando que "é proibido limpar caminhões, jogar resíduos em via pública", com a cominação legal, e sugeriu a colocação de outras placas como esta. O Conselheiro Marcus informou que já foram colocadas pelo município, e foram arrancadas, mas que teriam que ser recolocadas; foi colocado por um participante que a prefeitura nunca disponibilizou o local para a limpeza, e foi apresentada a informação de que isso é obrigação da empresa, previsto em lei.

Então, pelo Sr. Presidente Luiz Fernando é encerrada a septuagésima terceira reunião do COMMA.


 Maria Emillya de Lelis Gazineto
 Secretário Executivo COMMA


 Luiz Fernando Gaspari de Oliveira Lima
 SSecretário SEMMA

Frederico Luis Salvadori

Frederico Luis Salvadori
CAB Águas de Paranaguá

Elcio Nagel

Elcio Nagel
Secretario SEMTRA

José Roberto Castano da Rocha

José Roberto Castano da Rocha
UNESPAR - Campus Paranaguá

Bruno Victor Kobiski

Bruno Victor Kobiski
Secretaria Municipal de Planejamento

Marcos Aurélio Furuzawa

Marcos Aurélio Furuzawa
Secretaria Municipal de Urbanismo

Sebastião Garcia de Carvalho

Sebastião Garcia de Carvalho
IAP - Instituto Ambiental do Paraná

Priscila da Mata Cavalcante

Priscila da Mata Cavalcante
Ministério Público do Estado do Paraná